



EDULETTERS

Mudar os Cursos Profissionais

Ana Cristina Soares Duarte¹



O Início...

A educação oficial técnica e direcionada a aprender uma profissão remonta ao século XIX, contemporânea da Revolução Industrial, sob a alçada do governo de Fontes Pereira de Melo e do ministro António Augusto de Aguiar, no reinado de D. Maria II e posteriormente de D. Pedro V, sob a mão de Passos Manuel que cria dois conservatórios de artes e ofícios. Esta preocupação com as profissões e os aprendizes é enfatizada no Estado Novo, com a criação das Escolas Industriais e Comerciais, cujo objetivo era responder às necessidades do desenvolvimento económico do país, melhorar as qualificações dos futuros professores, e controlar a busca da educação, registando a frequência sobretudo das áreas da metalomecânica, eletricidade e comércio direcionado aos rapazes, e costura e formação feminina para as raparigas (Cardim, 1999).

Estes alunos candidatavam-se aos Institutos Industriais e Comerciais e às escolas de Belas-Artes, mas não à universidade, o que marcava uma diferenciação social, precoce e discriminatória, promotora de diferenças muito profundas no acesso às profissões mais qualificadas e prestigiadas, que eram o caminho direto para o aluno do ensino liceal. *“A imagem de discriminação associada ao ensino técnico, (...), condicionou a sua evolução, (...), que não mais deixaram de considerar, como eixo central, a questão do acesso ao ensino superior, entendida como uma condição essencial de igualdade de oportunidades”* (Cardim, 1999), afirmação também corroborada por Alves (2011) quando refere que *“A segregação dos percursos educativos resultava numa clara hierarquia de status, onde o ensino liceal era privilegiado e o técnico, desvalorizado.”*

¹ Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António, Algarve, Pós-Graduada em Inovação Pedagógica e Mudança Educacional pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

As reformas de Veiga Simão [1970-74], prévias à Revolução de Abril, e de Roberto Carneiro [1987-1991] incentivam e consolidam a educação profissional em Portugal, com a criação oficial das Escolas Profissionais em 1989, sendo o objetivo destas escolas proporcionar aos jovens uma preparação ativa para a vida através de métodos de aprendizagem alternativos, com o objetivo de colmatar a lacuna entre a escola e o mercado de trabalho.

Nos anos mais recentes, a integração dos cursos profissionais na oferta formativa do ensino secundário, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho [entretanto parcialmente revogado], tem procurado uma valorização e reestruturação significativa do ensino técnico-profissional, visando atender às necessidades contemporâneas do mercado de trabalho e promover uma formação mais inclusiva e abrangente, modernizando o currículo e eliminando as barreiras históricas que impediram a equidade no acesso ao ensino superior (Costa, 2014). Num futuro cada vez mais próximo, a educação e a formação profissional contribuirão de forma decisiva para a competitividade através da criação de oportunidades para desenvolver as competências de que os stakeholders necessitam (OCDE, 2023).

A ANQEP, Agência Nacional de Qualificação e Ensino Profissional, órgão responsável pelas qualificações e formação profissional, veio trazer em 2015 as unidades de formação de curta duração (UFCD) uniformizando as qualificações técnicas a nível nacional. Em 2020 surge a hipótese dos alunos de um curso profissionalizante concorrerem ao ensino superior, valorizando-se assim a importância da qualificação, combatendo-se as eventuais desigualdades sociais ainda existentes no sistema de ensino.

Onde estamos?

O Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António fica situado no concelho de Vila Real de Santo António, no distrito de Faro. É uma cidade algarvia, com uma população de baixas qualificações profissionais associadas a empregos sazonais, com a habitação a identificar-se como um dos principais problemas sociais, e relacionando-se com o elevado peso (6.9%) de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) face à população residente, o que posiciona o concelho como desfavorecido e bastante vulnerável socialmente, no limite do tipo 5 – Territórios Industriais com forte desqualificação, de acordo com o Relatório “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”.

Em termos de habilitações literárias da população, regista-se que somente 12.8% deste universo com 15 anos ou mais apresenta o ensino superior como habilitações académicas. No que se trata do mercado de trabalho, 46.7% das mulheres estão empregadas, pertencendo sobretudo ao sector dos serviços que constituem 82.7% da população ativa com 15 anos ou mais, no qual se destaca o sector terciário, com relevância para o comércio, hotelaria e restauração, situação fortemente relacionada com o setor do turismo, o que afeta significativamente as condições de vida da população, verificando-se conseqüentemente uma sazonalidade como o adjetivo mais associado às oportunidades de emprego, sobretudo precário e temporário.

No Agrupamento de Escolas de Vila Real de Sto. António, no ano letivo 2023-24, estão matriculados 142 alunos nos cursos profissionais, distribuídos pelos três anos letivos dos Cursos Profissionais de Redes Eléctricas (36 alunos), Técnico Auxiliar de Saúde (32 alunos), Técnico de Ação Educativa (36 alunos), Técnico de Informática de Sistemas (37 alunos), Técnico de Desporto (35 alunos), Técnico de Turismo (14 alunos) (Marques, 2024).

A caracterização da população estudantil dos cursos profissionais do Agrupamento de Escolas de Vila Real de Sto. António permite identificar claramente as características dos alunos que seguem estes percursos formativos e, como tal, tomar decisões mais concretas no sentido de melhorar os resultados obtidos, sobretudo diminuindo a retenção e prevenindo o abandono escolar dos alunos. Desta forma, verificou-se que os alunos apresentaram dificuldades em algumas disciplinas, apesar de terem um aproveitamento positivo ou normal/razoável, com poucas retenções e comportamento quase sempre desadequado ou desadequado por vezes.

Relativamente às expectativas sobre os Cursos Profissionais, os alunos consideram o ensino científico-humanístico mais teórico e o ensino profissional mais prático, já que tem disciplinas diferentes, constituídas por módulos, no entanto com elevada carga horária. Os alunos identificam muitos aspetos a melhorar nos cursos profissionais, nomeadamente a qualidade das aulas e dos professores, uma vez que consideram que falta preparação dos professores, a quantidade de aulas expositivas e a pouca empatia e auxílio por parte dos professores são itens inadequados. As questões relacionadas com os recursos informáticos, utilização de computadores, internet lenta e/ou ligações em sala de aula, são também pontos a melhorar. A maior parte dos alunos selecionou os cursos profissionais em primeira opção pelo gosto pela

área de formação e/ou pelas boas probabilidades de emprego futuro. Alguns alunos querem seguir estudos superiores na mesma área do curso profissional, no entanto, a maioria tenciona ingressar no mercado de trabalho.



Para onde queremos ir?...

Com vista a melhorar os resultados nos Cursos Profissionais, mas também a sua valorização por parte da Comunidade Educativa, professores e alunos incluídos, sugerem-se algumas estratégias.

1. Orientação Pessoal, Escolar e Profissional

Considerando que a “orientação vocacional consiste num conjunto de atividades que visam capacitar os alunos (...) a identificar as suas capacidades, competências e interesses, a tomarem decisões em matéria de educação, formação e emprego” (DGE, 2018), reveste-se de especial importância um aconselhamento cuidadoso e objetivo ao adolescente na definição das suas opções do Ensino Secundário. De entre as ditas opções a frequência de um curso profissional pode assegurar a qualificação de um aluno que, caso desista do sistema educativo regular, pode ainda obter o 12º ano e a certificação profissional.

No entanto, à orientação vocacional dos alunos agrega-se uma coerente e objetiva orientação profissional com a passagem de informação real sobre a dinâmica da frequência dos cursos profissionais, assim como da dificuldade/facilidade de acesso a outras estratégias de aprendizagem, que não o ensino profissional.

2. Criação de Equipas Educativas

Segundo Formosinho e Machado (2016, p. 19), *a proposta de organização por Equipas Educativas incorpora uma conceção de que a mudança educativa requer uma perspetiva de mudança sistémica que envolva um agrupamento dos alunos que não se esgota na turma, uma organização dos saberes que não se confina às disciplinas e uma estruturação que agrega todos os profissionais que cuidam do novo agrupamento de alunos*. A criação de equipas educativas pressupõe dinâmicas diferentes na gramática escolar, envolvendo grupos de alunos e espaços diferentes, sem horários rígidos. Contudo, propomos que estas

equipas funcionem inicialmente numa estreita relação de trabalho de articulação de conteúdos, numa organização diferente e mais aplicada à vertente profissional destes alunos, e na gestão de projetos, sem grandes mudanças na estrutura clássica da organização escolar, mas com clara preocupação pelo respeito e ritmo de cada aluno. Este modelo promove um maior envolvimento ao trabalho dos professores e beneficia a interação e colaboração docente na troca de informação sobre os alunos e na definição de formas de atuação em situações de aula, aumentando a articulação curricular e evitando conteúdos disciplinares estanques. Simultaneamente, este grupo de professores, determinados e investidos de vontade de mudança podem também concretizar a...

3. Criação de Comunidades de Aprendizagem Profissional, que visem capacitar cada um deles para o seu próprio crescimento e aperfeiçoamento profissional e para a resolução de problemas e desafios, tendo por objetivo constante a melhoria das aprendizagens, com novas metodologias e avaliando o processo, em detrimento do resultado. Desta forma, germinam-se metodologias e dinâmicas coletivas, de cooperação e interdependência docente. Tal trabalho colaborativo reflete-se sobre resultados, enquanto se dinamizam e partilham experiências e materiais didáticos, aferindo estratégias, que se ajustarão às necessidades de cada grupo de alunos (Lima, 2012). Como exemplo, tomamos o curso profissional de Técnico Auxiliar de Saúde (CP-TAS). A equipa educativa do CP-TAS, que sentiria os mesmos problemas por trabalhar com o mesmo grupo de alunos, envolveria as disciplinas específicas de FQ², Biol³. e Mat⁴., e as disciplinas técnicas de Saúde, HSCG⁵, GOSCS⁶ e CRI⁷, e realizar-se-ia trabalho colaborativo, dois tempos por semana (por exemplo!) com o objetivo de obter os melhores resultados em termos de aprendizagens significativas, o que possibilitaria manter-se a equipa educativa daquelas disciplinas específicas e técnicas, perdurando ao

² Física e Química

³ Biologia

⁴ Matemática

⁵ Higiene, Saúde e Cuidados Gerais

⁶ Gestão e Organização dos Serviços e Cuidados de Saúde

⁷ Comunicação e Relacionamento Interpessoal

longo dos três anos do curso profissional e eventualmente estendendo-se a outros cursos. Ao mesmo tempo, em articulação com o Centro de Formação, seriam promovidas trocas de Boas Práticas para a comunidade educativa, com a partilha de todos os materiais pedagógicos elaborados e promovidas ações de formação com as dinâmicas trabalhadas nas comunidades de aprendizagem profissional, com a criação de um sistema de arquivo na Equipa Teams.

4. Realização de sessões de intervenção e supervisão pedagógica

No âmbito da Avaliação de Desempenho Docente, o professor está sujeito a uma dinâmica de supervisão pedagógica, no entanto a literatura concretiza com maior importância a associação entre uma melhoria nas aprendizagens dos alunos a intervenção entre docentes. Esta ‘nova’ dinâmica de intervenção permite a partilha do espaço de sala de aula por outros docentes, que não professor titular de turma/disciplina, implicando uma prática pedagógica colaborativa com planos de ação devidamente estruturados.

A realização de reuniões de articulação para planificação de conteúdos e estratégias, com elaboração de materiais, partilha e discussão sobre a sua aplicação ao grupo-turma, a observação de aulas, numa perspetiva de melhoria de práticas, mas também de coadjuvação a alunos com maiores dificuldades, e de controlo de turma e melhoria de clima em sala de aula, promovem a união, confiança e coesão do grupo de docentes do conselho de turma (ou eventualmente do mesmo grupo de recrutamento). A existência de uma prática reflexiva associada a uma gestão integrada do conhecimento e a integração dos diferentes conteúdos na perspetiva profissional do curso, ligando e contextualizando os saberes, respeitando o ritmo de cada Aluno, permite a concretização do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória a todos os alunos, sem qualquer exclusão. (Rodrigues, Montes, Fonseca, & Alves, 2019)

5. Formação de professores em:

- a. **Capacitação Digital e/ou metodologias ativas**, tendo em vista promover na Comunidade Docente que leciona aos cursos profissionais uma nova perspetiva sobre o uso dos computadores pessoais e/ou smartphones em sala de aula,

tornando os conteúdos mais dinâmicos, apelativos e motivadores, enquanto permite um acesso mais direto às diferentes fontes de informação para a realização de pesquisas, individuais, a pares ou em grupo. Permite-se assim percursos diversificados, uma valorização de tempos e espaços não formais, sem ou com a presença de professores, que devem estar disponíveis para a realização de trabalho colaborativo entre si e com os alunos, sempre apoiados por plataformas e ferramentas digitais (Pais & Candeias, 2022).

- b. **Competências Socio emocionais, Estratégias de Comunicação e Gestão de Conflitos:** A Escola é o princípio de uma, cada vez maior, relação social. Na Escola encontram-se alunos de várias proveniências culturais e socioeconómicas, muitas vezes foco de controversas e acesas disputas. É assim um local onde há conflitos que podem ser instigadores de “crescimento pós-traumático”, mas também de marcas indeléveis na vida de uma criança/adolescente. É nesta perspetiva que a Escola deverá evoluir para uma escola de afetos e emoções, promotoras de bem-estar físico e mental, em detrimento do sofrimento associado à ansiedade e a outras manifestações de problemas e/ou perturbações mentais (Terra, 2006). Tendo em atenção que os alunos que frequentam atualmente os cursos profissionais são adolescentes que passaram por confinamentos e limitações pandémicas, importa reconhecer que a sua saúde mental passa por boas relações existentes entre toda a comunidade educativa do interior da escola (alunos, professores, assistentes operacionais). A criação de espaços de segurança e partilha podem atuar como ambiente seguro e promotor da mediação entre todos, assim como de aprendizagens significativas para todos, valorizando-se a existência destes cursos que, desta forma, vão fazer positivar a imagem e ideia que a Sociedade tem. É exatamente neste contexto que importa a realização de formação específica aos professores.
- c. **Metodologias de Avaliação [formativa e sumativa]:** de acordo com Domingos Fernandes (2022), é à avaliação formativa que cada professor e aluno pode ir buscar informação para a melhoria das aprendizagens. A sua utilização

disciplinada e organizada possibilitará ao aluno um feedback sobre o que têm de aprender no final de um dado período, o ponto em que se situam face às aprendizagens que têm de desenvolver, e o investimento ainda necessário para aprenderem o que está previsto e descrito nos documentos curriculares. Portanto, afirma-se assim fundamental saber comunicar ao aluno as orientações necessárias para os ajudar a aprender, assim como dimensionar o número de avaliações formativas de acordo com o grupo de alunos com quem o professor trabalha.

- 6. Reorganização da Componente de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e Valorização pelos stakeholders**, num contexto onde só o segundo e terceiro anos do curso têm programadas horas de FCT. Redistribuindo horas do cronograma do primeiro ano do curso e alocando-as à formação em contexto de trabalho, desde que as especificidades do curso assim o permitam, promove-se assim a motivação e interesse do aluno que, simultaneamente contacta com o tecido empresarial e estabelece relações profissionais importantes para o seu futuro. A reorganização da FCT permite também gerir a carga teórica e a carga prática do curso, alternando-as. Saliente-se que existem ganhos significativos associados a objetivos e plano de estágio concretos, a um maior suporte do monitor de estágio e aos ensinamentos dos pares desde o início do processo de FCT, nomeadamente questões de feedback, autonomia e exploração do meio (Gamboa & Paixão, 2008).

Estas possíveis “inovações” podem ajudar a tornar os Cursos Profissionais mais apelativos envolvendo alunos mais motivados e envolvidos nos conteúdos e na sua prática profissional, melhorando os resultados académicos e assumindo a vontade dos alunos em seguir um percurso superior. Desta forma, o professor e as diferentes dinâmicas [sobretudo digitais] devem continuar a ser promotoras da cooperação entre professores e alunos. As dinâmicas sociais também podem impulsionar uma cidadania mais ativa e humana, seguindo a lógica de António Nóvoa “*Aprender não é um ato individual, precisa dos outros*” (Nóvoa & Alvim, 2021). Assume-se assim a *Metamorfose* desejada por Nóvoa, salientando que a educação é na verdade

um caminho de todos e para todos, reafirmando o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos “*Everyone has the right to education (...) directed to the full development of the human personality and to the strengthening of respect for human rights and fundamental freedoms.*” (ONU, 1948)



Referências

- Alves, P. (2011). *Educação e Segregação: Um Estudo sobre o Ensino Técnico em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cardim, J. C. (1999). *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. CEDEFOP — Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional.
- Costa, M. (2014). *Reformas no Ensino Técnico: Modernização e Equidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. (s.d.). Obtido de <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/07/12900/0291802928.pdf>
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. (s.d.). Obtido de <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/07/12900/0292802943.pdf>
- DGE. (2018). Obtido de Orientações para o Trabalho em Psicologia Educativa nas Escolas, Direção Geral da Educação: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/orientacoes_para_o_trabalho_e_m_psicologia_educativa_nas_escolas.pdf
- DGE. (2023). *Intervisão: COPA - Colaborar Para Aprender*. Obtido de Direção Geral da Educação: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/intervisao_copa.pdf
- Fernandes, D. (2022). Avaliação Formativa. *Avaliar para Melhorar as Aprendizagens - Projeto MAIA*, pp. 79-85.
- Gamboa, V., & Paixão, M. (2008). O Impacto da Experiência de Estágio no Processo de Exploração Vocacional em alunos dos Cursos Tecnológicos e Profissionais do Ensino Secundário. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*(1), pp. 77-88.
- Gaspar, T., Tomé, G., & al, e. (2019). O Bem Estar e a Saúde Mental dos Adolescentes Portugueses. *RPCA • 10:1* . Obtido de <http://hdl.handle.net/10451/38058>
- INE, I. N. (2019). Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental. *Revista de Estudos Demográficos*, p. 62. Obtido de https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp%3doc_id_17
- Lima, J. (2012). Comunidades Profissionais nas Escolas: o que são e o que não são. *Currículo e Comunidades de Aprendizagem: Desafios e Perspectivas*, pp. 173-196.
- Machado, J., & Formosinho, J. (2016). Equipas Educativas e Comunidades de Aprendizagem. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, vol. 16, pp. 11-31.

- Marques, R. (2024). *Projeto de Intervenção do Agrupamento 2024/2028*. Obtido de Site Institucional do AEVRSa: https://www.aevrsa.com/uploads_docs/docs_orientadores/PIA_24_28.pdf
- OCDE. (2023). *Education at a Glance 2023, OCDE Indicators*. OCDE. doi:<https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>
- Pais, H., & Candeias, F. (2022). Avaliação Formativa Digital. *Avaliar para Melhorar as Aprendizagens*, pp. 89-103.
- PORDATA. (2021). *Censos 2021 por concelho: evolução 1960-2021 - VRSA*. Obtido de <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/vila+real+de+santo+antonio-1382>
- Rodrigues, M., Montes, J., Fonseca, J., & Alves, L. (2019). A Intervisão Pedagógica como exemplo prático de implementação dos domínios de autonomia curricular. *PRÁTICAS DE FLEXIBILIDADE CURRICULAR EM DIÁLOGO*, pp. 23-30. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/69999/1/Ebook%202019.pdf>
- Terra, M. (2006). Saúde mental: do velho ao novo paradigma - uma reflexão. *Escola Ana Nery* (10)4, pp. 711-717. doi:<https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000400013>

